

# Impasse na preservação

Salvar Brasília de uma eminente catástrofe pode significar a preservação de seus elementos essenciais e a orientação, (calcada em códigos de obras e leis sobre o uso do solo), para a melhor utilização do seu espaço urbano.

Pelo menos é essa a idéia do trabalho que vem sendo desenvolvido há quatro anos pelo GT/Brasília — uma equipe constituída por representantes da UnB, Ministério da Cultura (SPHAN) e até do próprio GDF.

Ouvindo a população e buscando nos livros normas sobre a preservação de cidades no mundo inteiro, o Grupo descobriu que deviam ser criadas novas fórmulas para a preservação de Brasília, pois não há em parte alguma critérios para se preservar uma cidade nova.

No caso de Brasília, a preservação não poderia ser tão estática quanto o exigido pelo tombamento, pois embora haja elementos históricos importantes para serem mantidos, a cidade, ainda em processo de construção e transformação não pode ser barrada em seu desenvolvimento.

Das dificuldades em se elaborar diretrizes foi que surgiu o termo preservação dinâmica. No entender do Grupo ela significa que a cidade pode crescer e modificar, desde que obedeça a alguns princípios básicos contidos nos quatro níveis de preservação já estabelecidos.

O primeiro deles é amplo, abrange todo o território do DF e é, por isso, bastante flexível. Já o segundo nível envolve apenas o Plano Piloto e nele teriam que ser observados os códigos de obras e áreas da cidade. O terceiro nível é o do entorno imediato ao Plano Piloto, e somente o quarto e último nível de preservação é que seria objeto do tombamento propriamente dito, onde seriam mantidos inalterados os elementos testemunhais da história de Brasília.

Para esse trabalho sair do papel e entrar definitivamente na vida da cidade era preciso, no entanto, que o Governo do Distrito Federal se dispusesse a colocá-lo em ação, reestruturando suas leis e códigos urbanos. Até hoje isso não foi feito.